

Rede Internacional do Gênero e Comércio

Boletim Mensal

(IGTN)

Vol. 5 nº 3

Março de 2005

Notícias do Comércio, Análises, CSW

www.IGTN.org

NOTÍCIAS SOBRE AS NEGOCIAÇÕES

- Notícias da OMC – Maria Pia Hernandez e Cristina Gueco, IGTN Genebra
- CAFTA Enfrenta Forte Oposição nos EUA, Costa Rica e República Dominicana – Kristin Sampson, USGTN

A IGTN em Ação

- Incorporando Considerações de Gênero para Designar Produtos Especiais nas Negociações sobre a Agricultura da OMC - Maria Pia Hernandez, IGTN Genebra
- IGTN-Ásia Fala sobre o Modo 4 do GATS – Naty Bernardino, IGTN-Ásia
- Relatório da 49ª Comissão das Nações Unidas sobre o Status da Mulher – Kristin Sampson, Secretaria da IGTN

Recursos de Gênero e Comércio

Eventos e Anúncios

A IGTN Anuncia o Lançamento do Site com Novo Desenho

www.igtn.org

O novo site dispõe de mais recursos e informações, inclusive uma biblioteca para consultas a documentos relacionados com as questões de gênero e comércio.

Notícias sobre as negociações

Notícias da OMC

Maria Pia Hernandez e Cristina Gueco, IGTN Genebra

Negociações da OMC sobre Serviços

Pouco progresso houve desde a série de negociações sobre serviços em fevereiro. Mais de 40 países, primordialmente países em desenvolvimento¹, ainda não entregaram ofertas iniciais. Além disso, existe uma grande inquietação quanto à má qualidade das ofertas já entregues, ou seja, elas não apresentam uma abertura suficiente no setor de serviços. Parece

¹ Mercados de países em desenvolvimento potencialmente importantes como Filipinas, África do Sul, Paquistão e Marrocos ainda não entregaram suas ofertas iniciais. Mais três países em desenvolvimento (Indonésia, Barbados e Uganda) entregaram suas ofertas iniciais durante essa reunião.

ainda menos tangível que os negociadores consigam cumprir o prazo de maio para a entrega de ofertas revistas e melhoradas. Os três setores de serviços mais cotados para melhoria de ofertas são: serviços empresariais (jurídico, informática, publicidade etc.), financeiros e de telecomunicações. Mas, nestes dois últimos, muitas das melhorias na verdade refletem práticas em andamento nos países em questão. Várias propostas foram entregues e discutidas durante essas reuniões,² onde governos traçavam para os parceiros comerciais os tipos de melhorias que gostariam de ver naquelas revisões em suas reuniões bilaterais e multilaterais. Muitas das ofertas apresentadas não contêm compromissos em setores como distribuição, transporte marítimo e construção. Dentre os setores com ofertas fracas encontram-se os de serviços essenciais, como saúde e educação, e os ambientais e postais. Outra área de inquietação está ligada aos “comprometimentos horizontais”, particularmente o deslocamento transfronteiriço temporário de profissionais (fornecimento de serviços do Modo 4) onde a maioria dos países em desenvolvimento (inclusive Brasil, Índia e China) está pedindo comprometimentos mais ambiciosos dos países desenvolvidos. Mas espera-se muito poucas conquistas concretas já que alguns países desenvolvidos (inclusive os EUA) expressaram que a liberalização no Modo 4 apresenta enormes dificuldades, particularmente porque toca em questões delicadas relativas à imigração e aos padrões sociais e de mão-de-obra.

Também estiveram presentes nas reuniões de serviços em Genebra representantes empresariais dos países desenvolvidos, particularmente dos setores de finanças, bancos, seguros e fundos de pensões. Eles tiveram acesso às negociações e até fizeram uma coletiva de imprensa na sede da OMC. A sociedade civil protestou contra a presença do setor empresarial e criticou a falta transparência nas negociações dos serviços, argumentando que o processo atual favorece a participação do setor empresarial enquanto os grupos da sociedade civil não tiveram acesso às reuniões nem à documentação pertinente. A presença de empresas também pode indicar uma nova “estratégia política” do setor empresarial no sentido de fazer lobby direto com delegados de países em desenvolvimento em busca de ofertas melhoradas (ou seja, maior liberalização) nos setores dos seus interesses comerciais.

Conversações sobre agricultura

O Presidente das negociações sobre agricultura mostrou otimismo quanto ao andamento das discussões técnicas no sentido de elaborar a metodologia para converter tarifas específicas em equivalentes *ad valorem* a serem finalmente usadas numa fórmula de redução das tarifas sobre importações agrícolas. Embora não se tenha chegado a um acordo quanto ao método de conversão a ser utilizado para calcular esses equivalentes *ad valorem*, os participantes parecem estar se encaminhando para uma definição das modalidades com base no método do valor unitário, conforme proposto pelo Presidente. Segundo este método, o valor das importações é dividido pelo volume de importações de maneira a determinar o valor da unidade. O equivalente *ad valorem* é calculado, então, como porcentagem do valor resultante.³

² Algumas das propostas entregues foram: sobre a programação das disciplinas do Modo 4, Índia, EUA e Canadá; sobre liberalização de serviços de logística, proposta conjunta da UE, Japão, EUA e mais 17 países; sobre serviços de aviação, proposta da UE e Austrália; sobre serviços de informática, proposta da Índia e EUA.

³ Por exemplo: se o valor de importação de um produto é \$10.000 e o volume de importação 100 toneladas, o valor unitário será de \$100 por tonelada. Um imposto específico de \$10 por tonelada expresso como percentual do valor unitário resultante (\$100 por tonelada) daria um equivalente *ad valorem* de 10 por cento.

Ao mesmo tempo, grandes dificuldades e opiniões divergentes se evidenciam nas negociações sobre uma fórmula escalonada para reduzir as tarifas sobre importações agrícolas que responderiam pelo grau de cortes necessários em cada escalão conforme as necessidades especiais e circunstâncias de cada país. A UE, a Suíça, a Noruega e a Bulgária têm, no momento, as tarifas mais específicas para as importações agrícolas. Os membros recém-chegados à UE têm mais de 7.000 linhas tarifárias *ad valorem*. Grandes países em desenvolvimento como o Brasil, a Índia e a China declararam que vai ser difícil negociar qualquer comprometimento com reduções tarifárias sem saber primeiro como tarifas específicas serão tratadas dentro de uma fórmula consensual.

Não se obteve nenhum acordo ou progresso nas negociações das seguintes áreas chave: identificação de Produtos Especiais e Mecanismos Especiais de Salvaguardas, e ainda o tratamento de provisões de ajuda alimentar.

Produtores latino-americanos de banana contra o pagamento fazem aumentar a tarifa de importação da banana para o mercado da UE

Comissários da Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Colômbia e Equador para o comércio compartilharam sérias preocupações e discordâncias quanto ao pagamento de uma taxa de importação de mais de 75 euros (99 dólares) por tonelada de bananas para a UE a partir de 2006. Os países expressaram a necessidade de determinarem uma estratégia conjunta para tratar com a OMC do aumento previsto nas tarifas de importação e provavelmente irão buscar a sua arbitragem para a medida tomada pela UE sobre as importações de banana dos países latino-americanos.

Os países latino-americanos terão de interromper as exportações de banana para os mercados da UE caso seja introduzido o aumento da tarifa de importação. Existe também uma insatisfação cada vez maior nos países latino-americanos quanto à capacidade dos países do Grupo da África, Caribe e Pacífico (ACP) de importar banana sem tarifas alfandegárias para os mercados da UE, privilégio esse que continuará com essa tarifa em 2006 por causa das preferências pelas ex-colônias européias.

Negociações sobre o Acesso a Mercados Não Agrícolas (NAMA):

Em 24 de fevereiro, o México, o Chile e a Colômbia enviaram para a consideração dos membros da OMC uma proposta conjunta sobre o acesso a mercados não agrícolas (NAMA) que visa oferecer aos países em desenvolvimento um equilíbrio adequado para conseguir cortes ambiciosos nas tarifas dos produtos industriais e de consumo ao mesmo tempo que lhes permite proteger produtos sensíveis. Os três países latino-americanos propuseram adotar uma abordagem que permitiria aos países em desenvolvimento cortes menores em suas tarifas caso concordassem em submeter todas as suas tarifas a tetos obrigatórios da OMC e sujeitar todas as suas linhas tarifárias à fórmula de redução, e/ou concordassem com menores prazos para implementação dos cortes que foram acertados.

Os países propõem o uso de três coeficientes diferentes na fórmula que incorpora uma abordagem não linear, exigindo cortes maiores sobre tarifas mais altas, conforme acertado anteriormente pelos membros da OMC. Se quiserem, os países poderão isentar da fórmula de redução os produtos sensíveis mas terão de pagar com reduções tarifárias ainda maiores

noutros setores ou com prazos mais curtos para implementarem os cortes que foram tratados.⁴ Assim, a submissão dá opções para acomodar as inquietações específicas dos países em desenvolvimento e efetivamente consegue tratamento especial e diferenciado. O prazo preciso para implementação e os coeficientes específicos seriam resolvidos em negociações futuras.

O embaixador mexicano para a OMC expressou que se essa submissão for aceita, talvez não haja necessidade de uma iniciativa setorial em separado para o NAMA – proposta feita pelos países desenvolvidos e rechaçada pelos em desenvolvimento. A proposta conjunta foi apresentada e está aberta à assinatura de mais países em desenvolvimento, mas ainda não foi discutida.

Mini-ministerial da OMC no Quênia:

Entre 2 e 4 de março de 2005, os Ministros e principais delegados comerciais representando 34 Membros chave da OMC⁵ se encontraram para uma mini-reunião ministerial no Quênia. Trata-se de uma série de reuniões que estão sendo realizadas em preparação para a Sexta Conferência Ministerial da OMC em Hong Kong entre 13 e 18 de dezembro de 2005.

A reunião acabou acelerando as negociações da Rodada de Doha ao estabelecer prazos para serviços, agricultura e produtos não agrícolas (NAMA), e ainda definindo questões de prioridade no algodão, na facilitação do comércio e no desenvolvimento. Foram destacadas inquietações africanas com o desenvolvimento pois o governo queniano conseguiu convidar mais países africanos, como Benin, Lesoto e Ruanda, para assumirem papéis mais ativos do que costumavam em reuniões anteriores.

Foram debatidas diferenças entre os Membros, particularmente sobre a reforma dos subsídios agrícolas. O Brasil e outros países em desenvolvimento, juntamente com a Austrália, argumentaram que os países mais ricos estão relegando a reforma dos subsídios agrícolas em prol de suas próprias prioridades em áreas como os serviços e o NAMA. A Austrália e o Brasil disseram acreditar que a redução dos subsídios agrícolas deva abrir o

⁴ A proposta basicamente estabelece quatro princípios diretores através dos quais os países em desenvolvimento fariam cortes tarifários: a) A opção mais ambiciosa é quando os países concordam em vincular todas as suas tarifas aos limites da OMC e sujeitar todas as linhas tarifárias à fórmula aceita – neste caso, eles receberiam um coeficiente mais alto e, conseqüentemente, se comprometeriam a reduções menores dentro do marco da fórmula juntamente com um prazo mediano para implementar os compromissos com reduções; b) Os países que concordam com vinculação total mas buscam se isentar da fórmula com alguns produtos receberiam um coeficiente mais baixo e, assim, compromissos de redução mais altos, mas com um prazo maior para implementação; c) Os países que concordarem com uma cobertura que não seja plenamente vinculante sem isenções da fórmula também aplicariam o coeficiente mais baixo mas receberiam um prazo mediano para implementarem as reduções; e d) Os países que desejarem manter menores compromissos de vinculação tarifária sem exceções aplicariam o menor dos três coeficientes e teriam pouco tempo para implementar os compromissos de reduções. Dentro dessa proposta, os países que se recusarem a se comprometer com uma vinculação plena teriam de submeter todas as suas atuais linhas tarifárias vinculadas à fórmula de redução.

⁵ Argentina, Austrália, Bangladesh, Benin, Brasil, Canadá, China, Costa Rica, Egito, UE, Hong Kong, Índia, Indonésia, Guiana, Jamaica, Japão, Jordânia, Lesoto, Malásia, México, Marrocos, Noruega, Oman, Paquistão, Ruanda, Senegal, Cingapura, África do Sul, Coreia do Sul, Suíça, Tanzânia, Tailândia, EUA, Zâmbia.

caminho para a liberalização nos serviços e no NAMA. Mas os Estados Unidos e a UE assumiram uma postura oposta, argumentando que só poderia haver maiores progressos nas reformas agrícolas depois de progredir o movimento em torno do NAMA e dos serviços. Segundo o ativo Representante dos EUA para o comércio, Peter Allgeier, apesar dessas diferenças, ao fim da reunião os Membros chegaram a um acordo sobre os passos a serem dados para avançarem com as negociações nessas três áreas dos serviços, do NAMA e da agricultura.

Na **agricultura**, os ministros concordaram em elaborar um plano para os subsídios até julho e em se concentrar nos aspectos técnicos de conversão das tarifas específicas em “equivalentes *ad valorem*” para a fórmula final de redução tarifária.

No que tange o progresso das negociações do NAMA, o Ministro australiano para o comércio, Mark Vaile, previu que uma fórmula para a redução tarifária para bens industriais será atingida até junho. Mas ainda há diferenças quanto qual fórmula usar. A Índia e outros países em desenvolvimento discordam da proposta da UE de usar a “fórmula suíça de harmonização” para a redução tarifária porque ela vai exigir que as tarifas mais altas sejam reduzidas mais agressivamente. Espera-se que outra fórmula, baseada nas atuais estruturas tarifárias dos Membros, venha a ser tabulada por Índia, Brasil, China e outros, com o intuito de acomodar as necessidades e interesses dos países em desenvolvimento.

Os membros pediram que o prazo de maio para as revisões das ofertas sobre **serviços** no Pacote de Julho (WT/L/579) fosse de fato cumprido. A UE, os EUA e a Austrália pediram que os países que ainda não tabularam ofertas para a abertura dos seus setores de serviços o façam prontamente.

Como pano de fundo da reunião, cerca de quarenta manifestantes representando organizações de base foram presos depois de protestarem contra os subsídios agrícolas dos países desenvolvidos. A polícia queniana os deteve sob o pretexto de que a sua passeata não havia sido autorizada.

Há uma série de mini-ministeriais marcadas para acontecer entre agora e o meio do ano para formarem um pacote de Hong Kong. A próxima reunião dessas deverá ser sediada em Paris entre 18 e 19 de abril, na época da reunião anual da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), enquanto a China estará sediando outra no início de julho. Espera-se a participação de cerca de 30 membros, inclusive EUA, UE, Japão, Canadá, China, Brasil, Índia e Austrália. O processo das mini-ministeriais tem sido fortemente criticado pelos movimentos sociais e da sociedade civil em geral por causa da falta de transparência e dificuldade que os países pequenos e em desenvolvimento têm para participar.

Para ver esta notícia sobre a OMC e outras antigas, visite:

<http://www.igtn.org/page/404>.

O CAFTA Enfrenta Forte Oposição nos EUA, na Costa Rica e na República Dominicana

Kristin Sampson, USGTN

No dia 3 de março de 2005, o congresso hondurenho se pronunciou a favor do CAFTA numa contagem de 100 votos contra 28, fazendo do seu país o segundo a ratificar o acordo. Apenas uma semana depois, na Guatemala, apesar de grandes protestos populares, o CAFTA foi aprovado com 126 contra 12. A parte da sociedade civil que se opõe ao CAFTA protestou contra a votação com passeatas pelo país inteiro e uma greve nacional. A polícia guatemalteca e os militares usaram bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha contra a multidão. Notícias sobre mortes, prisões e brutalidade policial detonaram protestos no mundo inteiro contra o governo da Guatemala.

Relatórios recém-emitidos pela Nicarágua confirmam que a FSLM vai votar contra o CAFTA. Mas, dada a unidade da maioria dos parlamentaristas, o CAFTA ainda poderá passar caso venha a ser votado. Protestos em massa contra a ratificação do CAFTA na Guatemala trouxeram inquietação na Nicarágua quanto à possibilidade de eventos semelhantes caso o país também venha a ratificá-lo. Os militantes têm esperança de que se espere a ratificação norte-americana para introduzir o acordo.

Uma forte oposição ao CAFTA no seio dos parlamentaristas, dos grandes sindicatos e de grupos civis continua a impedir o processo de ratificação na Costa Rica, onde a ratificação se mostra improvável pelo menos até a ratificação dos EUA. Na República Dominicana dá-se algo semelhante, onde os militantes não apontam movimento algum com relação ao acordo até que a votação norte-americana esteja concluída.

Nos Estados Unidos, funcionários do governo esperam uma votação sobre o CAFTA até fins de maio. Há audiências a serem realizadas sobre o CAFTA no nível dos sub-comitês marcadas para abril, que muitos tomam por indícios de que o governo esteja se preparando para um esforço em prol da votação. Já que o CAFTA foi negociado nos EUA através da Autoridade Presidencial para a Promoção do Comércio (por exemplo, o *fast track*), será analisado um projeto de lei de implementação durante essas audiências nas quais os Membros poderiam fazer mudanças no projeto. Quando a lei de implementação estiver formalmente implantada, o Comitê de Caminhos e Meios da Câmara terá 45 dias legislativos para emitir um parecer sobre a legislação e a casa terá mais 15 dias para votá-lo. O Comitê Financeiro do Senado terá, então, 15 dias para dar seu parecer sobre a legislação e o Senado mais 15 para votá-lo. As enquetes informais conduzidas tanto pelos que são a favor do CAFTA quanto pelos que são contra indicam que o governo ainda não tem o número de votos suficiente para aprová-lo. A oposição continua a crescer no seio da sociedade civil, levando cada vez mais senadores e deputados a assumir publicamente uma posição contrária ao CAFTA.

A IGTN em ação

Incorporando Considerações de Gênero para a Designação de Produtos Especiais nas Negociações Agrícolas da OMC

Maria Pia Hernandez, IGTN Genebra

Este breve trabalho visa contribuir para as discussões nacionais acerca do processo de definição dos Produtos Especiais apresentando algumas reflexões e recomendações acerca da atual situação da muçulmano na agricultura e da necessidade de integrar políticas de comércio sensíveis ao gênero nos processos de negociação a fim de aliviar os impactos negativos da liberalização do comércio, particularmente para os pequenos agricultores e os pobres das áreas rurais, sendo as mulheres um percentual significativo dentre desses grupos. Ele se presta, acima de tudo, a propósitos informativos e de incidência dentre a sociedade civil, particularmente para os movimentos sociais agrícolas e dos pequenos agricultores, mas também serve para ajudar na formulação de políticas e negociações do comércio.

O documento completo pode ser encontrado em
<http://www.ign.org/page/568/1>.

A IGTN-Ásia fala no Modo 4 do GATS **Naty Bernardino, IGTN-Ásia**

Recentemente, a IGTN-Ásia fez uma apresentação no fórum “OMC GATS Modo 4: Uma Receita para a Migração?” organizado pelo Centro para a Incidência Migratória, em 18 de março de 2005, na Universidade das Filipinas, Campus de Diliman na Cidade de Quezon, naquele país. Nossa coordenadora Gigi Francisco foi convidada para ser a palestrante principal e o painel de discussão continha representantes dos trabalhadores, governo e organizações de migrantes.

A forte crítica ao Modo 4 se evidencia nos comentários finais da Sra. Gigi Francisco:

O Modo 4 do GATS é um dos elementos da nova forma de dependência Norte-Sul caracterizada por uma intensidade de conhecimentos e uma estrutura industrial onde os serviços vão à frente. Não se trata de migração ou emprego; essa dependência cria e privilegia um novo tipo de trabalhador conhecido como prestador de serviços, marginalizando os demais tipos de migrantes e trabalhadores. Tampouco se trata da liberalização da mão-de-obra, mas da sua regulação no serviço de TNCs.

Para ler o relatório completo sobre o fórum, queira visitar:
<http://www.igtn.org/page/585/1>.

Relatório da 49ª Comissão das Nações Unidas sobre o Status da Mulher **Kristin Sampson, Secretariado da IGTN**

Recentemente, a IGTN-Ásia, a LAGTN, a CGTN, a USGTN e a IGTN-Europa enviaram representantes à 49ª Comissão da ONU sobre o Status da Mulher (CSW), entre 28 de fevereiro e 11 de março de 2005. Juntando-se a aproximadamente oitenta ministros, mais de 1.800 delegados dos governos de 165 estados membros das Nações Unidas, representantes das agências da ONU, instituições multilaterais e mais de 2.600 organizações da sociedade civil, esses representantes da IGTN participaram na condição tanto de observadores quanto de integrantes das delegações governamentais oficiais.

Durante a primeira semana, deu-se muita atenção a uma proposta dos Estados Unidos pedindo uma emenda à declaração final de reafirmação a Beijing, declarando que um comprometimento com “serviços de atendimento à saúde reprodutiva” não é garantia do direito ao aborto. Apesar do apoio capenga de organizações conservadoras que pensam de forma semelhante (a maioria dos EUA) e de outros como o Vaticano (conhecido na ONU como a Santa Sé), os Estados Unidos se viram forçados a retirar a proposta de emenda diante do apoio à plena reafirmação dos acordos de Beijing dado por quase todos os membros da ONU, por organizações e redes de mulheres progressistas de todas as regiões do planeta. A Declaração Política foi aprovada por consenso, sem reservas, no fim da primeira semana da sessão. O texto completo se encontra em inglês em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/Review/documents/Declaration%20issued%20by%20the%20CSW%20as%20revised.pdf>.

Também foram aprovadas na CSW dez resoluções sobre vários tópicos, embora algumas tenham passado por um complexo processo de negociação antes. Encontra-se uma lista completa das resoluções em:

FALTOU O ENDEREÇO (original pág. 6)

Os Estados Unidos apresentaram dois esboços de resoluções: uma sobre o tráfico de mulheres e meninas, e outra sobre o avanço econômico das mulheres.

O esboço de resolução sobre o avanço econômico das mulheres apresentado pelo governo dos Estados Unidos se concentrou bastante no empreendedorismo como sendo o meio para o avanço das oportunidades econômicas das mulheres, promovendo políticas econômicas neoliberais e mudanças estruturais para abrir o caminho para essas políticas. A IGTN tomou a frente na organização do encontro das ONGs sobre as Mulheres e a Economia para apresentar uma resposta à resolução estadunidense. Além de divulgar uma declaração formal das ONGs, do encontro saíram propostas de linguagem, argumentos e informação de base, e saíram ainda delegações articuladas para assegurar que a resolução aprovada pela CSW venha a avançar os direitos humanos das mulheres e a igualdade de gênero, ou que pelo menos não seja um retrocesso com relação aos acordos internacionais já estabelecidos. Através das negociações, do lobby acirrado e das propostas de linguagem feitas pelo encontro de mulheres e outras organizações progressistas e sindicatos, o texto da resolução foi significativamente alterado, passando a incorporar linguagem útil sobre o papel do setor público e o reconhecimento dos impactos negativos da globalização.

Diante das drásticas alterações efetuadas no esboço original da resolução, os EUA retiraram seu patrocínio antes que fosse aprovada por consenso a resolução com as emendas.

Para ler a Declaração das ONGs sobre o esboço da “Resolução para o Avanço Econômico das Mulheres” dos EUA, queira visitar:
<http://www.igt.org/page/586/1>.

A linguagem elaborada e proposta pela Reunião das ONGs encontra-se na Internet em:
<http://www.igt.org/page/588/1>.

O texto final da resolução sobre a qual se chegou a um acordo encontra-se na Internet em:

<http://www.igtn.org/page/587/1>.

RECURSOS DO GÊNERO E COMÉRCIO

O Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS) e Turismo Sustentável nos Países em Desenvolvimento da OMC – em Contradição?

Marianne Hochuli, Declaração de Berna, e Christine Plüss, Grupo de Trabalho sobre Turismo e Desenvolvimento

Na atual rodada de negociações da OMC sobre serviços, os países industrializados, inclusive a Suíça, pedem aos países em desenvolvimento que abram aos investidores estrangeiros serviços públicos importantes como o abastecimento de água e energia bem como os seus mercados financeiro e turístico, e também lhes pedem para abolir várias regras definidas como barreiras ao comércio.

O turismo, que já foi bastante liberalizado, é um setor muito complexo, intimamente ligado a uma vasta gama de outros setores econômicos. Ele exerce influência profunda sobre as estruturas sociais e a maneira de viver das populações que moram nos destinos turísticos. Diante das negociações do GATS atualmente em trânsito, evidencia-se a necessidade de uma discussão mais detalhada. Neste artigo, as autoras se empenham em fazer um diagnóstico abrangente dos impactos desta liberalização e mostram por que essas políticas de liberalização e desregulamentação se chocam contra as melhores estratégias de diminuição da pobreza.

Para ler a íntegra do relatório, queira visitar:

<http://www.igtn.org/page/570/1>.

Um Guia do Povo para o PACER: Implicações do Acordo do Pacífico sobre Relações Econômicas Mais Próximas (PACER) sobre as Ilhas do Pacífico

Jane Kelsey, Comissionada pela Rede do Pacífico sobre a Globalização (PANG)

Este estudo visa não apenas aumentar a literatura disponível sobre as questões do livre comércio no Pacífico como também provocar o pensamento, a discussão e o debate, assim encorajando o povo a falar abertamente e a tomar providências com relação às questões em jogo. Ele reitera uma convocação feita por ONGs do Pacífico desde o início do processo da área de livre comércio, de que os nossos governos devem dar ouvidos aos clamores de seus povos antes de resolverem entrar nas negociações de qualquer desses acordos.

Um Guia do Povo para o PACER fornece informações semelhantes às do relatório interino *Big Brothers Behaving Badly* (Os Grande Irmãos se Comportando Mal) em estilo mais acessível. O formato foi elaborado para que ele sirva como recurso instrucional básico e ferramenta de treinamento que pode sofrer alterações e acréscimos à medida que o PACER evolui e fazem-se mais pesquisas sobre o assunto, tais como a OMC e Cotonou.

Disponível na Internet em

<http://www.igtn.org/page/571/1>.

Oficina A Parede: Mulheres Mudando a Economia de Hoje

Projeto Parede das Mulheres

A Oficina A Parede é uma ferramenta educacional projetada para fazer uma análise de gênero sobre a economia global a partir das experiências das mulheres.

A oficina usa a imagem de uma parede de pedra para representar a economia, que é composta de partes inter-relacionadas que se apóiam umas nas outras. As participantes observam como as pedras dessa parede vão mudando e como elas podem contribuir para a construção de uma Parede diferente.

Esta ferramenta pode ser usada para:

- Desenvolver uma compreensão das conexões entre as experiências vividas no cotidiano das mulheres e as tendências econômicas globais;
- Analisar como mulheres e homens são afetados de formas diferentes pelas mudanças econômicas;
- Identificar diferenças e semelhanças entre mulheres de diversas situações sociais;
- Analisar uma tendência específica na economia (como a reforma dos serviços de saúde) a fim de identificar ações de mudança;
- Propiciar uma análise a ser usada na elaboração de uma estratégia, uma campanha ou uma ação coletiva.

Ela já foi usada por organizações de mulheres, sindicatos, grupos comunitários, organizações profissionais e religiosas em vários países do mundo.

Para obter maiores informações sobre a Oficina A Parede, queira visitar:

www.wallworkshop.com.

EVENTOS E AVISOS

Semana Global de Ação

10 a 16 de abril de 2005

A Semana Global de Ação busca reunir e mobilizar pelo mundo afora tantas campanhas quantas sejam possíveis com atividade no comércio e na neoliberalização. A idéia é que todas as organizações, redes e movimentos ajam em suas próprias campanhas nacionais e regionais. A meta é questionar o mito do livre comércio e acenar com alternativas através da maior mobilização já vista em âmbito global.

Mais informações sobre a Semana Global de Ação, inclusive eventos locais, encontra-se em: <http://www.april2005.org>

Mulheres, Falem. Trabalho Decente: Vida Decente!

21 e 22 de abril de 2005 – Genebra, Suíça

A fim de coincidir com o Simpósio da OMC em Genebra entre 20 e 22 de abril, a SOLIDAR realizará o seminário *Mulheres, Falem* em 21 e 22 de abril de 2005. Trata-se de

um projeto voltado para aprofundar a nossa compreensão sobre o impacto do comércio da UE sobre as mulheres que trabalham na economia informal no mundo em desenvolvimento. O seminário é o ápice deste empolgante projeto de pesquisa que deu a mulheres no Chile, Índia e Gana o espaço para falarem por si próprias. Será uma grande oportunidade para discutir e informar aos formuladores de políticas como a UE pode melhorar os acordos comerciais e aumentar o impacto positivo sobre as mulheres que trabalham na economia informal nos países em desenvolvimento. Participarão Janice Goodson-Foerde, da IGTN-Europa e Coral Pey, da LAGTN.

Estarão presentes organizações parceiras no projeto de pesquisa (Alianza Chilena por un Comercio Justo y Responsable, Self Employed Women's Association e Ghana Trade Union Congress) bem como organizações e especialistas fundamentais no campo da economia informal, do gênero e do desenvolvimento.

Se você estiver interessado(a) em participar ou deseja receber mais informações, queira entrar em contato com o Secretariado da SOLIDAR em InfoInternational@solidar.org.

Engendrando a Macroeconomia e a Economia Internacional

12 e 13 de junho de 2005 – Universidade de Utah, Salt Lake City, EUA

O programa está sendo organizado pelo Grupo de Trabalho Internacional sobre Gênero, Macroeconomia e Economia Internacional (GEM – IWG), uma rede internacional de economistas formada em 1994. Ele tem dois objetivos: primeiro, engajar-se com outros economistas a fim de aprimorar a capacitação para a pesquisa e a elaboração de políticas, bem como para incidir através de abordagens que partam da equidade de gênero para tratar da macroeconomia, da economia internacional e da globalização; e segundo, aumentar a articulação de conhecimento sobre esses temas através de um fortalecimento dos elos intelectuais entre os militantes das redes que trabalham em cima de questões semelhantes.

Há informações adicionais em <http://www.genderandmacro.org>.

A IGTN-Europa se mudou!

A IGTN-Europa, aos cuidados da Coalizão Internacional para a Ação em Desenvolvimento (ICDA), mudou-se há pouco e está se instalando em seu novo escritório. Assim que as novas instalações estejam em ordem, a IGTN-Europa espera poder voltar a um cotidiano mais regular de trabalho de informações e programações, e ainda na facilitação da e-lista da organização.

Queira tomar nota das novas informações para contato com a IGTN-Europa:

Janice Goodson Foerde, Ponto Focal
a/c Institute of Cultural Affairs
rue Amedee Lynen 8, B
1210 Bruxelas, Bélgica

telefone: +32 (0)2 219 0087 e
fax: +32 (0)2 219 0406

Para receber o Boletim Mensal da IGTN via correio eletrônico, escreva para secretariat@igtn.org e coloque “assinar” na linha de assunto; faça constar no corpo da mensagem o seu nome e o da sua organização.

Para ler boletins antigos, vá ao site da IGTN na Internet:

<http://www.igtn.org/page/bulletins/>